



<https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17912>

SEMINA – REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UPF

V. 24, N. 2, JULHO - DEZEMBRO, 2025

DOSSIÊ: 80 ANOS DO FIM DA DITADURA DO ESTADO NOVO:

HISTÓRIA, MEMÓRIA E (NOVAS) ABORDAGENS

EDITORIAL

NOTAS DESDE A PRÁTICA EDITORIAL DISCENTE NA HISTORIOGRAFIA

VÍTOR MATEUS VIEBRANTZⁱ
EDITOR-CHEFE



Como Pierre Bourdieu (2004) aponta, a produção do conhecimento científico não se constitui como uma atividade neutra, nem exterior às relações sociais que a tornam possível. Ela se organiza como um “campo” específico: o “campo científico” (Bourdieu, 2004, p. 21). Este que é construído, dotado de regras próprias de funcionamento, de critérios de legitimidade e de mecanismos de consagração que definem, em cada conjuntura, o que pode ser reconhecido como conhecimento válido. Inseridas nesse “campo” e estruturadas por hierarquias, capitais desiguais e disputas simbólicas, as revistas científicas, acadêmicas e especializadas ocupam uma posição estratégica. Longe de serem apenas meios de divulgação, elas funcionam como instância de legitimação, de conformação de conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos. Publicar nelas é, na perspectiva bourdieusiana, mais do que tornar público: é

ⁱ Doutorando em História no PPGH da Universidade de Passo Fundo. Mestre (2024) e graduado (2022) em História pela mesma instituição. Bolsista do PROSUC da CAPES. É Editor-chefe da *Semina* e presidente da Associação dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História (APGH/UPF).

inscrever um discurso em uma economia simbólica que lhe atribui valor, autoridade e visibilidade.

Nesse sentido, “fazer ciência” é sempre também participar de uma ordem simbólica, de um regime de validação e de um sistema de distinções, que, como Bourdieu (2004, p. 24) assinala, é atravessado de “relações objetivas entre os agentes que determina[m] o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta [...] suas tomadas de posição”. Escrevo estas linhas do Editorial consciente dessa posição que ocupo nesse “campo científico”, que é, neste momento, uma posição singular e paradoxal: como discente, doutorando, historiador “tecendo” sua tese... e como Editor-chefe de uma revista científica discente da área de conhecimento da História. Essa duplicidade não é apenas circunstancial: ela constitui a própria complexidade da experiência de ser Editor-chefe de um periódico científico desde uma posição subalterna na hierarquia acadêmica, compartilhando autoridades, compromissos, responsabilidades e decisões conjuntamente com outros(as) colegas editores(as) também discentes.

Neste Editorial, de caráter ensaístico e reflexivo, escrevo a partir de uma experiência que se constrói na articulação entre o trabalho individual como Editor-chefe e a atuação coletiva dos e das colegas que integram os Conselhos Editorial e Executivo da *Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, responsáveis pela condução e pela consolidação deste projeto editorial. Essa condição atravessa a escrita deste texto, alternando-a entre a primeira pessoa do singular e a do plural. Nessas breves linhas, procuro relatar, ponderar e tensionar a experiência de dirigir e editar, enquanto discente, um periódico acadêmico igualmente discente, diante das múltiplas demandas impostas à produção científica brasileira, as quais se traduziram em diligências construídas e assumidas ao longo de 2025 na *Semina*. Trata-se, assim, de refletir sobre ações vivenciadas e empreendidas no interior do “campo científico” e das lógicas de legitimação que atravessam a constituição e a sustentação de uma revista científica discente.

No “campo” da História, a dimensão do (seu) “campo científico” é particularmente sensível, pois o objeto do conhecimento não é dado, mas construído. Como define Michel de Certeau (1982, p. 66), a “operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de escrita”. A operação histórica, portanto, seleciona fontes, formula problemas, mobiliza categorias, articula temporalidades e produz inteligibilidades que não existiam antes do gesto historiográfico. Cada texto é, assim, sempre uma construção situada, atravessada por escolhas teóricas, políticas, epistemológicas e éticas. É nesse plano – o da grafia

da História, isto é, de sua historiografia – que as revistas acadêmicas de História participam do sistema de validação do “campo científico”: elas inscrevem, legitimam e fazem circular os textos.

Portanto, cabe questionar: o que é uma revista acadêmica de História? A pergunta pode parecer ingênua, quase retórica. No entanto, pensada a partir das indicações bourdieusianas, ela é decisiva para compreender as revistas como mecanismos do “campo”. Como definem Freitas *et al.* (2025, p. 56-57), “‘Revista de História’ é um sintagma nominal cujo núcleo – ‘Revista’ – é acompanhado por um complemento nominal – ‘de História’ – que lhe atribui um valor específico ou de pertença”, sendo “um lugar de realização, afirmação e produção de um grupo intelectual”. Trata-se, nessa perspectiva, de um dos dispositivos que integram a dinâmica de especialização e validação do conhecimento no “campo da História”. Nesse sentido, a “Revista de História” se constitui como um espaço de pertença não apenas aos objetos historiográficos, mas também aos sujeitos “historiadores(as)” e às suas formas de legitimação.

Avançando nesse questionamento, podemos analisar uma “Revista de História” também em sua dinâmica editorial, como uma instância atravessada por tensões e disputas no interior do “campo historiográfico”. Entre imposições normativas e limites “editoriais”, entre expectativas autorais e critérios de avaliação, entre aquilo que se deseja publicar e aquilo que é possível publicar, a “Revista de História” se constitui como um processo, no qual se confrontam disposições, interesses, hierarquias e “capitais simbólicos” distintos, e no qual se produzem efeitos de seleção, ordenamento e hierarquização das produções historiográficas. Nesse sentido, o trabalho editorial não apenas acolhe essas tensões, mas participa ativamente de sua configuração: ao selecionar textos, organizar dossiês e fomentar debates, a atividade editorial intervém nos modos de circulação do conhecimento histórico, definindo, ainda que provisoriamente, os contornos do dizível historiográfico.

No caso da *Semina*, essas dinâmicas se intensificam em função de sua constituição e construção por discentes. Trata-se de uma posição que, no interior do “campo historiográfico”, se inscreve em assimetrias de autoridade, de reconhecimento, de legitimidade e de validação, expressas nos limites e nas possibilidades que uma revista editada por discentes pode mobilizar, propor e ocupar. Editar uma revista acadêmica nessas condições é, para além das atividades técnicas e editoriais, uma prática intelectual e política situada. Trata-se de exercer uma função permanente de mediação entre autores(as), pareceristas, leitores(as) e instituições, operacionalizando critérios de qualidade, sustentando exigências de rigor e, ao mesmo tempo,

garantindo a abertura do espaço editorial à pluralidade de abordagens e perspectivas. Assim, cada decisão editorial participa do relacional e produz efeitos sobre o “campo historiográfico”, ainda que a partir de uma posição discente marcada pela tensão da validação.

Inserida nesse conjunto de tensões que estruturam o trabalho editorial e operam efeitos no “campo historiográfico”, a posição de Editor-chefe configura-se como uma função de direção, responsabilidade e coordenação coletiva. Mas o que faz, afinal, um Editor-chefe? E, mais ainda, o que faz um Editor-chefe que é discente? Essas perguntas atravessam meu cotidiano editorial porque não se trata apenas de executar tarefas editoriais, mas de atuar no interior das tensões acima situadas: ocupar uma posição de intervenção no “campo” – de coordenar com os(as) colegas decisões, fluxos, critérios e orientações – sem deter plenamente os recursos de reconhecimento e validação que, no interior do próprio “campo”, sustentam e legitimam essa autoridade (ainda não sou doutor, ainda não tenho trajetória acadêmica consolidada, ainda estou aprendendo o ofício).

Nesse sentido, situando a constituição discente de todo corpo editorial da *Semina*, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019) nos lembra que, “na oficina da história, a hierarquia entre mestres e aprendizes também está presente, de forma rigorosa”, manifestando-se “na hierarquia de poder e saber, no tipo de atividade que cada um exerce”. Essa hierarquia, quando um(a) discente assume a editoria de uma revista “de História”, se coloca em atravessamentos próprios ao funcionamento da prática editorial, organizando e condicionando relações, expectativas, critérios e formas de reconhecimento. Nesse contexto, decisões e procedimentos passam a requerer validação permanente, ancorada no trabalho, no rigor, no cuidado e, sobretudo, na integração coletiva entre os(as) membros(as) do corpo editorial. Desse modo, quando a posição editorial é ocupada por discentes, como no caso da *Semina*, tais condicionantes se inscrevem em uma busca constante por afirmação, qualificação das práticas e legitimação no interior do “campo historiográfico”.

O editor discente aprende o “campo” no próprio gesto de intervir, apreende suas regras ao mesmo tempo em que as aplica e incorpora seus critérios enquanto os operacionaliza. Editar sendo discente torna-se, assim, uma forma privilegiada de formação científica, uma aprendizagem prática das estruturas, dos valores e das tensões que organizam a produção do conhecimento histórico. Trata-se de uma formação que não se limita ao domínio de técnicas editoriais, mas envolve a compreensão da historicidade do próprio ofício “científico”, da contingência de seus critérios e da política de suas exclusões. Nesse sentido, cabe destacar e

consignar o trabalho do corpo editorial discente da *Semina*, pela construção de um esforço efetivamente coletivo, desde os processos de tomada de decisão até a sua operacionalização, um trabalho conjunto, comprometido e mobilizado para avançar.

Todas essas dimensões e aprendizagens da atividade editorial vêm sendo construídas e vivenciadas na minha atuação como Editor-chefe (desde fevereiro de 2025) e no trabalho dos(as) colegas do corpo editorial em um contexto de transformações nas formas e nos mecanismos de avaliação de produções no “campo científico” da pós-graduação no Brasil. É nesse contexto que se impõem novas diretrizes de avaliação da CAPES para periódicos e textos acadêmicos, exigências crescentes de transparência associadas à Ciência Aberta, debates sobre ética, autoria e critérios multiautorais, assim como as perplexidades suscitadas pelo uso de tecnologias digitais, incluindo as inteligências artificiais, que passaram a atravessar diretamente a operação editorial. Editar hoje significa manejar normativas, dispositivos e problemas que ainda estão em processo de discussão e que, justamente por isso, exigem reflexão contínua, deliberação coletiva e prudência intelectual.

Nesse ponto, a experiência da *Semina* se inscreve em uma relação estreita com seus vínculos institucionais, em especial com o Programa de Pós-Graduação em História e com a Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF). Esses vínculos não apenas apoiam e orientam, mas constituem parcerias que incentivam, articulam e conferem sustentação à atividade editorial, ao mesmo tempo em que instauram espaços institucionais de discussão, deliberação e encaminhamento diante das transformações avaliativas em curso. É nesse entrelaçamento que se tornam possíveis a reflexão crítica, o estabelecimento de critérios e a construção compartilhada de respostas aos impasses e desafios editoriais. Nesse sentido, a seguir, destaco algumas iniciativas, articulações e avanços construídos ao longo de 2025.

Primeiramente, registro a parceria e o incentivo contínuo do Programa de Pós-Graduação em História, de seus docentes e, especialmente, de sua Coordenação, que, para além do reconhecimento e do estímulo institucional, têm assegurado suporte às demandas estratégicas da Revista, como o custeio dos registros de DOI dos artigos, o fortalecimento das ações de divulgação e, sobretudo, o acompanhamento atento das atividades editoriais.

O ano de 2025 também foi atravessado por um processo amplo de qualificação e atualização das condições técnicas e digitais do portal de periódicos da Universidade de Passo Fundo. Processo esse promovido em nível institucional, sob a coordenação da UPF Editora, que envolveu a reorganização dos sistemas de hospedagem editorial e a transição do sistema SEER

para o sistema OJS. Essa passagem, que implicou a suspensão temporária de algumas funcionalidades e a readequação dos fluxos editoriais, permitiu que os periódicos da UPF passassem a operar em uma versão mais atualizada, estável e sustentável, garantindo maior operabilidade e segurança aos sistemas. Paralelamente, a UPF Editora passou a conduzir o debate em torno da construção de uma política editorial comum aos periódicos da UPF, buscando integrar agendas urgentes, articular experiências distintas e qualificar, de modo coletivo, critérios e práticas editoriais.

Além disso, aproximamos a *Semina* de instâncias de discussão dos periódicos do “campo historiográfico”, entre elas os debates promovidos pelo Fórum de Editores da ANPUH-Brasil, no âmbito de seu painel virtual no *Google Groups*, bem como da reunião *online* realizada em 16 de outubro de 2025. Integra-se a esse movimento a participação no Fórum Nacional de Editores Discentes de História, criado em reunião *online* em 28 de agosto de 2025 e organizado pela *Revista 29 de Abril* (Universidade Estadual de Maringá), também editorada por colegas discentes. Em ambos os espaços, as discussões em torno das transformações nos critérios avaliativos da CAPES, bem como dos desafios éticos, técnicos e digitais que atravessam a edição científica contemporânea, constituíram momentos relevantes de interlocução e troca de experiências, cujas reflexões repercutiram diretamente nas deliberações do corpo editorial e na orientação das ações recentemente empreendidas pela Revista.

Nesse sentido, as reflexões acumuladas nesses espaços de debate foram incorporadas às discussões internas do corpo editorial, tensionando escolhas e posicionamentos em torno de questões decisivas: que políticas editoriais assumir frente ao uso de Inteligência Artificial (IA), às demandas da Ciência Aberta e à diversidade de formações envolvidas na produção do conhecimento histórico? Como alinhar a política editorial da revista às exigências de indexação da área de História e aos novos mecanismos de classificação da CAPES?

A reunião interna realizada em 3 de setembro de 2025 foi central nesse esforço coletivo de encaminhamentos. Nela, discutimos e aprovamos mudanças substantivas tanto nos fluxos de trabalho quanto na política editorial da Revista. No que diz respeito à organização editorial, deliberamos pela manutenção do modelo de divisão de tarefas entre editoria e revisão, ao mesmo tempo em que instituímos um Conselho Executivo, voltado à maior agilidade decisória, e um Conselho Consultivo composto por docentes de referência na área, incluindo a incorporação de integrantes internacionais, fortalecendo a interlocução acadêmica da Revista.

No plano das políticas editoriais, decidiu-se pela ampliação do escopo de autoria da *Semina*, com a abertura à publicação de trabalhos de graduandos(as) vinculados(as) a instituições de ensino superior, no intuito de criar condições para que sujeitos em formação ingressem, de maneira responsável, rigorosa e cuidadosa, no debate historiográfico. Concomitantemente, estabeleceu-se o limite formal de até 30% das publicações por edição para discentes da UPF, como estratégia de contenção da endogenia acadêmica. A reunião deliberou, ainda, pela criação de uma seção dedicada a *Relatos de Sala de Aula*, reconhecendo a centralidade da prática docente e da pesquisa sobre o ensino de História como dimensões constitutivas da produção do conhecimento histórico.

Nesse mesmo conjunto de decisões, aprovamos a adoção do sistema de publicação em fluxo contínuo (*ahead of print*), a partir do segundo semestre de 2025, mantendo-se a periodicidade semestral da revista, com duas edições anuais. Nesse formato, os manuscritos aprovados passam a ser publicados imediatamente após a finalização editorial, ampliando a agilidade e a visibilidade das pesquisas, em consonância com os princípios da Ciência Aberta. As edições seguem sendo fechadas em julho (interstício janeiro-junho) e em janeiro (interstício julho-dezembro), podendo ocorrer publicações fora desses intervalos mediante aprovação dos Conselhos Editorial e Executivo. Para operacionalizar esse modelo, a *Semina* passou a adotar o *eLocation-id* a partir da edição n. 24, v. 2, 2025, substituindo a paginação tradicional por um identificador exclusivo que orienta a localização dos artigos no interior de cada edição.

Por fim, alinhamos nossa política de multiautoria ao *Contributor Roles Taxonomy* (CRediT) e revisamos as diretrizes relativas a conflito de interesses, plágio, ética na pesquisa e aos princípios da Ciência Aberta. Merece destaque a aprovação de uma política específica sobre o uso de Inteligência Artificial, elaborada a partir do documento *Proposta de diretrizes para uso de IAs em periódicos de História*, produzido em julho de 2025 pelo Fórum de Editores de Periódicos da Área de História da ANPUH-Brasil.

Essas decisões expressam um movimento de qualificação do trabalho científico desenvolvido pela Revista, orientado pela afirmação de critérios claros, procedimentos formalizados e práticas editoriais reconhecidas no interior do “campo historiográfico”, em diálogo com demandas contemporâneas da área. Ao adotar novos fluxos, regras e políticas, a *Semina* reforça seu compromisso com o rigor acadêmico e com a transparência dos processos editoriais, como um espaço de circulação qualificada, criteriosa e rigorosa, capaz de sustentar práticas editoriais consistentes no âmbito de uma editoria discente. Ao mesmo tempo, tais

escolhas correspondem a um esforço de equilibrar as exigências crescentes de profissionalização editorial com as condições concretas de trabalho voluntário que estruturam o funcionamento da Revista, realizado por discentes inseridos em múltiplas frentes de suas formações acadêmicas.

Mesmo em um contexto marcado por intensas transformações técnicas e por períodos pontuais de instabilidade do sistema OJS, as inovações editoriais implementadas ao longo de 2025 produziram efeitos positivos e perceptíveis. Os números de submissões alcançados expressam uma ampla receptividade à proposta da *Semina* como revista acadêmica comprometida com a produção e a circulação qualificada do conhecimento histórico. A presente edição, que acolhe este Editorial, constitui um indicativo concreto desse resultado: trata-se de um dossiê temático organizado por colegas discentes, reunindo contribuições de discentes e de docentes de referência na historiografia nacional, em torno de uma problemática central para a História do Brasil: o fim do Estado Novo e a experiência ditatorial getulista, debatida de maneira crítica, plural e consistente do ponto de vista historiográfico, além de outras temáticas que compõem as demais seções.

Outro efeito, compreendido por nós como reconhecimento desses avanços, manifestou-se na citação do nosso periódico no artigo *Políticas de Inteligência Artificial (IA) nas revistas brasileiras de História*, publicado pelos professores Itamar Freitas e Margarida Oliveira na *Crítica Historiográfica*. Ao analisarem as políticas editoriais sobre IA nas revistas brasileiras de História, os autores apontam que a *Semina* “representa o caso mais completo e sistematizado de regulação propositiva” e que sua estrutura normativa “traduz uma integração madura entre ética, ciência aberta e reprodutibilidade” (Freitas; Oliveira, 2025, p. 68). Essa avaliação, vinda de pesquisadores experientes e reconhecidos no “campo”, foi recebida simultaneamente com orgulho e com o reforço do compromisso editorial. Orgulho, por assinalar que o trabalho discente, quando rigoroso e reflexivo, pode ocupar posições de vanguarda no debate científico; reforço do compromisso, porque amplia a responsabilidade de manter, de forma consistente, a correspondência entre os princípios enunciados e as práticas efetivamente adotadas.

Diante do percurso aqui apresentado, é possível compreender como as escolhas editoriais assumidas pela *Semina* se inscrevem no interior do “campo científico”, entendido, em chave bourdieusiana, como um complexo relacional estruturado por disputas, hierarquias e processos de legitimação (Bourdieu, 2004). A consolidação de critérios, normas e práticas

editoriais não visou apenas à adequação a exigências externas, mas à afirmação da *Semina* como uma instância nesse “campo”, especificamente o historiográfico.

Ainda assim – ou exatamente por isso –, a oficina da História permanece como um espaço de aprendizagem coletiva. Como afirma poeticamente Albuquerque Júnior (2019), “como os galos na madrugada, um historiador sozinho não tece um amanhã”. Nada disso seria possível sem o trabalho coletivo que sustenta a Revista: os(as) colegas do Conselho Editorial e Executivo, os(as) pareceristas, os(as) autores(as), o apoio fundamental e generoso dos professores e professoras do PPGH-UPF, a colaboração técnica da Editora da UPF, bem como os diálogos constantes estabelecidos em fóruns, encontros e redes de interlocução acadêmica.

Ser o Editor-chefe discente, nesse sentido, se constrói cotidianamente através do trabalho coletivo, da coerência, do diálogo e da articulação diante de tantas e tantas demandas que se põem. Por isso, essa posição sustenta um trabalho atravessado por temporalidades longas, por ritmos desiguais, por exigências afetivas que raramente aparecem nos produtos finais, mas que estruturam profundamente os processos. A Revista é sempre mais do que seus números publicados: ela é um conjunto de relações, de compromissos, de conflitos, de cooperações, de frustrações, de alegrias que se constroem no tempo, um tempo lento, às vezes exasperante, cansativo, mas também denso, formativo, transformador. Que este Editorial possa ser lido, portanto, como um registro situado dessa experiência: uma experiência exigente, densa, tensa e desafiadora, mas profundamente formativa, intelectualmente fértil e significativa. Uma experiência que amplia a bagagem de quem a vive, mas que também exige consciência permanente de seus limites, de suas implicações e de seus efeitos.

Que a *Semina* siga sendo um espaço no “campo historiográfico” de mediação crítica, de compromisso ético e de produção responsável do conhecimento histórico, consciente de que editar/publicar é sempre, também, uma forma de intervir no “campo científico”. E que essa intervenção continue sendo guiada pela disposição permanente para aprender e apreender, bem como pela convicção de que o conhecimento só se justifica quando compartilhado e posto a serviço da compreensão crítica do mundo em que vivemos.

Ao final deste texto, enquanto estas linhas eram escritas, foi divulgado pela CAPES o resultado da avaliação quadrienal do Qualis (2021-2024), no qual a *Semina* foi reconhecida com a classificação A4. Tal resultado não se apresenta como ponto de chegada, mas como expressão de um percurso coletivo já em curso, marcado pelo trabalho rigoroso e pelo compromisso acadêmico dos(as) colegas que estiveram à frente do periódico nesse intervalo e que nos

legaram uma Revista estruturada, em funcionamento e com critérios afirmados. Conduzir a editoria no presente implica, assim, reconhecer esse legado e projetá-lo adiante, aprofundando práticas, responsabilidades e decisões que afirmem a *Semina* inscrita, de modo crítico e consciente, no interior do “campo historiográfico”.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; SEMEÃO, Jane; ALVES, Fábio. Revistas brasileiras de História: breve perfil em agosto de 2025. **Crítica Historiográfica**, Natal, v. 5, n. 25, p. 55–81, jul./ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/254374.5.24-11>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Políticas de Inteligência Artificial (IA) nas revistas brasileiras de História. **Crítica Historiográfica**, Natal, v. 5, n. 26, p. 65–74, nov./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/254374.5.26-12>. Acesso em: 12 de jan. 2026.